

## **O SUBIMPERIALISMO E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A AMÉRICA LATINA**

*Larissa Terra Langer<sup>1</sup>*

Resumo: Desde as primeiras discussões a cerca da Integração Regional na América Latina, no século XIX, há por parte de alguns países do continente, o questionamento sobre o caráter imperialista do Brasil na região. Quando pensamos em Integração Regional, costumamos pensar em uma liderança, um país que puxe a frente nesse processo. Como no caso Sul Americano essa liderança foi sempre compartilhada com a Argentina, quando o Brasil mostra-se capaz de avançar em parcerias e investimentos, alguns desses países "menores" opõem-se às propostas. É possível vermos que, há entre eles uma preferência (não escrita, mas nas ações) de serem liderados pelos Estados Unidos do que por um vizinho, dificultando a integração sub-regional. Portanto, abordar-se-á o caso Brasileiro especialmente a partir do Governo Lula, como se dá a conversa com os países vizinhos e a possível dominação sobre eles desde então. O investimento do Brasil na América do Sul foi um dos principais motivos do subimperialismo ter voltado à pauta de discussões. Concomitantemente aos investimentos, temos demonstrações de como o país se empenhou em cooperar, com ênfase em questões político-econômicas e sociais entre os membros do MERCOSUL. O principal autor utilizado é Ruy Mauro Marini, para ele, o subimperialismo é "a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro." (MARINI, 1977, p. 31).

Palavras-chave: América Latina, Subimperialismo, Influência Compartilhada, América do Sul

### **1 INTRODUÇÃO**

O modelo mundial atual vem ganhando um novo "rostro", diferente daquele dos tempos do Concerto Europeu, ou mesmo da ordem de Bretton Woods, ou da Guerra Fria. Hoje o estudo do regionalismo é reforçado. Nesse cenário, as potências emergentes regionais são os principais atores. É importante para as Relações Internacionais atuais, que estudos acerca do regionalismo sejam aprofundados na própria região, e não pelas grandes potências mundiais.

Vocações naturais ou destinos manifestos nunca existiram. Infelizmente a própria natureza competitiva e hierárquica do sistema é um jogo de soma zero, impedindo que todos tenham os mesmos ganhos. Cria assim, impressão errônea de que só alguns possuem o "destino manifesto" de comandar o resto do mundo. É exatamente por isso, que a região tratada no presente artigo é a América Latina, e o objeto de estudo apresentado é o suposto imperialismo brasileiro. Teria o Brasil o objetivo de comandar sozinho a região?

Para que os mesmos "erros" das grandes potências mundiais não ocorram no continente latino-americano, a configuração do Brasil nesse cenário deve ser uma política de vizinhança ativa, para que seja possível assumir o papel de líder do hemisfério sul e o ganho de voz no âmbito global, especialmente na reivindicação por uma cadeira permanente no

<sup>1</sup> Acadêmica do 8º semestre de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: larissaterralanger@gmail.com

Conselho de Segurança da ONU. Isso deve-se dar com o fortalecimento regional, pois apesar de ser o país mais forte da região, não tem capacidade de atuar sozinho.

Existe no continente, inúmeros casos de discussão sobre a importância da Integração Regional para que os países pudessem superar os atrasos econômicos causados desde a época colonial. No entanto, espera-se que os principais países da região não hajam de forma a querer dominar a soberania dos demais. Esse deve ser o princípio máximo pelo qual os Estados devem guiar-se.

## 2 Dos primórdios do Pan-americanismo às ideias de imperialismo e subimperialismo

As primeiras ideias acerca de integração regional na América Latina (Bolivarianismo e Monroísmo) que buscavam a independência das novas nações e crescimento econômico industrial, tinham objetivos específicos, que não agradavam totalmente todos os países do continente.

No primeiro, Simón Bolívar levava como ideal, a união de todos os povos da América, mais especificamente, os da América Hispânica. De certa forma, fazia-se ali um contrabalanceamento com as nações desenvolvidas, especialmente os impérios europeus, fonte de todo o subdesenvolvimento e atraso econômico que o continente já apresentava.

Já no segundo, foi disseminado o Destino Manifesto na Doutrina Monroe, com o famoso lema: “a América para os Americanos”. Sabemos que há uma dualidade do termo “americanos” que poderia significar tanto “todos os países do continente”, quanto “os EUA”.

Em vistas disso o Brasil, que apesar de engatinhar, já possuía uma maior diversificação industrial que os demais países da América Latina, e não se via incluído em nenhuma das iniciativas pan-americanas. Criou assim, uma terceira vertente do pan-americanismo: O Brasileiro. Esse último não foi difundido, nem teve tantos adeptos quanto os demais. Entre os motivos, estava a crítica de que (o país estava tentando ter ganhos sozinho e teria caráter imperialista sobre os demais latino-americanos).

Desde as primeiras discussões acerca da Integração Regional na América Latina, no século XIX, há por parte de alguns países do continente, o questionamento sobre o caráter imperialista do Brasil na região.

### 2.1 Características de um Brasil subimperialista e subdesenvolvido

Alguns países consideravam o Brasil imperialista, ou subimperialista, em parte a o que Cervo chama de Diplomacia da Barganha, em que o Brasil e o México, por exemplo, tiraram dos EUA e dos “gigantes” da Europa, enormes benefícios comerciais, de industrialização e de segurança. A Argentina não seguiu o mesmo caminho..

Já em meados dos anos 30, a América Latina, mais especificamente a América do Sul, convivía com o que alguns autores (Amorim, Cervo, Bueno) chamam de liderança compartilhada. Nesse contexto, tal liderança sub-regional se daria ora com o Brasil, ora com a Argentina, e algumas vezes, entre os dois países. Amado Cervo cita que Perón chegou a sugerir ao Brasil que não existissem mais alfândegas entre eles, para que agissem como irmãos que visitam um ao outro sem a necessidade de bater na porta ao entrar. Porém, no exemplo dado acima, percebemos que há certa rejeição às propostas de integração dos vizinhos. Dada a briga histórica entre os países, ou até mesmo a implicância por cada um querer ser o líder regional, as propostas ficaram mais no papel do que concretizadas

realmente.

Essa oposição às ideias do vizinho pode ser vista até mesmo em contexto mais atual, seja em aceitar um novo membro em um bloco econômico (como no caso da aceitação da Venezuela como membro permanente no MERCOSUL, em que o Paraguai se opunha), ou em discussões econômicas, enquanto um tem menos ganhos que o outro (questão energéticas com o Brasil, Venezuela e Argentina, por hidrelétrica ou gasoduto).

São em momentos assim que o Brasil é considerado imperialista pelos demais. Mas o que é imperialismo? Se partirmos da concepção de Lênin sobre o termo, veremos que o capital financeiro é o grande agente imperialista. Se considerarmos a análise de Hobsbawm, no livro "A Era dos Impérios - 1875 a 1914", o imperialismo seria a consequência previsível de um sistema internacional composto por potências capitalistas que rivalizavam entre si, e concorriam de forma intensa devido a haver uma pressão econômica conjuntural. Hobsbawm analisa ainda que foi a procura simultânea e, dessa forma, conflitante entre as grandes potências, por novos mercados consumidores nas regiões periféricas que levou ao Imperialismo.

Dessa forma, se considerarmos essas principais análises sobre imperialismo, percebemos que o Brasil não tem capacidade para tanto, pois primeiramente, não tem recursos financeiros nem é uma potência capitalista. Em segundo, o Brasil, assim como o restante da América Latina, são periféricos em relação aos grandes centros capitalistas mundiais. Apesar de algumas capacidades superiores que a dos seus vizinhos, necessita de diálogo e cooperação para que possa crescer e ajudar no crescimento de seus vizinhos.

No cenário atual, vários países emergiram e tem hoje, maior desenvolvimento socioeconômico. Mesmo assim, como dito anteriormente, há uma certa resistência por parte dos vizinhos, em aceitar um país da região como um líder. Algumas vezes, prefere-se voltar ao ciclo histórico e continuar sendo "quintal dos EUA" seja porque o país do norte é desenvolvido e ofereceria mais progresso que o Brasil (poderíamos analisar outro, mas hoje o Brasil é o que mais capacidades tem de liderar a região) que mesmo tendo crescido muito, ainda é um país em desenvolvimento, que conta com muitos problemas internos. Outra hipótese dessa "preferência" seria um impasse histórico, talvez de cada um querer ser o líder regional e não querer ver essa figura no vizinho.

## 2.2 Influências fora da América Latina

Há ainda um novo ator, ora questionado, ora aplaudido, ora criticado, que é a China. Ela não pode ser líder regional, por questões geográficas, obviamente. Porém, é inegável sua influência cada vez mais forte no continente. Algumas correntes de estudo sobre a política externa brasileira chegam a dizer que o Brasil está se alinhando à China da mesma forma que se alinhou aos EUA num passado não muito distante.

Isso se acelera com crise de 2009 e ao terminar a primeira década do século, percebemos que ocorreram transformações geopolíticas e econômicas, tais como a crescente projeção da liderança diplomática e econômica do Brasil, na América do Sul e o aumento exponencial da importância da China para o funcionamento e o crescimento da economia latino-americana.

De qualquer forma, é a partir da emergência ao poder, de partidos progressistas nas América Latina que se dá novamente a discussão sobre o caráter de líder regional, ou mesmo de subimperialista regional por parte do Brasil.

Simultaneamente à liderança político-diplomática da integração continental que o Brasil assumiu, o país buscou o aumento de suas relações comerciais e financeiras com outras regiões do mundo. Mesmo que não sejam fortes como dos países desenvolvidos. Hoje o país (Brasil) ocupa a posição de maior economia do subcontinente, é um dos maiores produtores mundiais de alimentos, além de seguir controlando a maior parte dos recursos hídricos e da biodiversidade amazônica.

A estruturação do projeto sul-americano de integração é necessária, e pode ser realizada através da constituição do mercado regional, da ampliação de temas como investimentos e energia e da coesão econômica e social para que esse projeto se efetive.

Um ponto é inquestionável. Durante o governo Lula, o país buscou maior diálogo com o continente. Algumas vezes o Brasil é visto com maus olhos, mas como na premissa máxima do realismo, em amarelo na folha.

Não estamos dizendo que os fins justificam os meios, mas que, dado o contexto histórico, com a nova situação brasileira nos anos 2000, é mais que esperado que o país busque liderar a região. O ideal seria fortalecer os países, e não faltam iniciativas para isso.

O Brasil deverá aumentar seu poder regional, em diferentes âmbitos, mas não terá capacidade de projeção do seu poder em uma escala muito além das suas fronteiras regionais no médio prazo. Entretanto, o Brasil continua sendo um país sem um modelo econômico bem definido de desenvolvimento de longo prazo.

Na América do Sul, o Brasil tem demonstrado vontade e decisão de defender seus interesses e o projeto de segurança e de integração econômica do continente.

Desde o “tradicional” MERCOSUL, até as novas iniciativas como a UNASUL e a IIRSA. O país busca também ganhar voz fora do âmbito regional. Globalmente, o país tenta se inserir em iniciativas como o G20, o IBAS e o BRICS, e mais que nunca, ganhou o respeito dos mais variados países. A nova geoeconomia internacional e seu grande potencial de crescimento aumentaram a intensidade da competição intercapitalista. “Hoje já se pode falar de uma nova corrida imperialista, cujo espaço preferencial tem sido a África “. (FIORI, 2008, p. 54).

Essa nova corrida imperialista provocará aumento dos conflitos localizados entre os principais estados e economias do sistema, mas ainda não tem potencial para uma nova guerra hegemônica.

Poderíamos continuar falando das iniciativas globais, mas voltamos ao foco do artigo, que é a região. Apesar da construção de novas iniciativas, elas acabam, novamente, mais no papel do que concretizadas realmente.

### **2.3 A nova esquerda e a aproximação regional**

A partir da vitória dos governos de esquerda e do crescimento das economias regionais, de 2001 a 2008, os projetos de integração da América do Sul foram fortalecidos, especialmente, o Mercosul e a Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba).

Houve ainda, certa expansão do Mercosul e a criação da Unasul. Isso contribuiu para que o Brasil diminuísse, de certa forma, a importância de ações da diplomacia estadunidense, como o projeto da Alca e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e o Tratado da Junta Interamericana de Defesa (Cervo & Lessa, 2010; Almeida, 2002, 2010).

O padrão de evolução da economia nos remete à manutenção das políticas sociais abrangentes, redistributivas e de reconhecimento cultural, tão bem-sucedida nos anos 2000 na América Latina (Lopes-Calva, 2010).

Retroceder nessa área poderá comprometer os programas assistenciais, bem como as políticas educacionais e de formação profissional, além da segurança interna. O projeto de integração sul-americana nunca foi uma política de estado, e ainda há a possibilidade de que a América do Sul volte à sua condição histórica de periferia econômica exportadora, mesmo quando se ampliem e diversifiquem seus mercados, para Ásia e a China. Outra possibilidade é a de que os governos regionais sustentem sua decisão de construir uma nova infraestrutura de comunicações e uma nova estrutura produtiva integrada na economia sul-americana.

Existe ainda a probabilidade de ocorrer uma corrida armamentista entre os países da região, ou mesmo a possibilidade de que se construa e promova um sistema de segurança e defesa coletiva regional, em que todos os países sul-americanos participem na condição de aliados estratégicos, que é o ideal.

O Brasil pode escolher manter-se sócio preferencial dos Estados Unidos, na administração da sua hegemonia continental, ou lutar para aumentar sua capacidade de decisão estratégica autônoma, no campo da economia e da sua segurança, por meio de uma política de complementaridade e competitividade crescente com os Estados Unidos, que envolva também as demais potências do sistema mundial, levando ao fortalecimento de sua relação de liderança e solidariedade com toda a América do Sul.

O Brasil terá de decidir seu lugar no mundo, e seu grande desafio será uma expansão que divirja daquela adotada por impérios (destino manifesto), sem a violência bélica dos europeus e estado-unidenses e sem o objetivo de comandar os países mais fracos.

Caso houvesse no Brasil, a combinação de indústrias de alto valor agregado, juntamente com autossuficiência e diversidade energética e com a alta produtividade alimentar e outras *commodities*, o Brasil seria concorrente aos Estados Unidos, por possuir a mesma estrutura econômica. Com todas essas características somadas, o país poderia ser chamado de imperialista por seus vizinhos.

Porém, não é porque o Brasil é o maior país do continente que ele deve ter a hegemonia, mas sim por ser o mais provido de recursos econômicos e naturais. É fundamental para o Brasil, no plano doméstico e em sua inserção mundial a celebração imediata de acordos comerciais e o estabelecimento de um modelo equilibrado que permita a expansão comercial e a atração de investimentos, além da implantação de políticas de desenvolvimento.

O Brasil na sua política externa ora atua como Potência Regional, líder regional, ora como intermediador das relações com países vizinhos, mediante uma atuação estratégica. Apesar de manter sua relevância no Cone Sul e na América do Sul, continua, porém, muito aquém com relação ao hemisfério e o mundo, como, por exemplo, com relação a hegemonia dos Estados Unidos, como explicado anteriormente. Há, portanto, vulnerabilidade política e econômica, porém não há dúvidas que existem espaços para a mudança desse quadro através da cooperação, iniciativa e liderança.

Como visto, o Brasil se aproximou da definição de Potência Média, embora não preencha todos os requisitos afetos a essa nomenclatura, permanecendo válida a conceituação de Potência Média Recém Industrializada como parâmetro para a análise da inserção brasileira no cenário internacional.  
SENNES, 2003

Apesar de certo sucesso regional, o Brasil possui pequena participação no total do comércio mundial. Mas é um dos grandes *players* no mercado mundial de minérios, da soja,

complexo sucroalcooleiro, café, carnes, entre outros. Possui ainda potencial nos mercados de cereais e produtos agroindustrializados. Na crise energética que se instala globalmente, o país conta com diversidade energética (etanol, pré-sal, hidroeletricidade, energia eólica e solar), dispõe de uma das mais amplas biodiversidades do planeta. No campo diplomático, o maior revés ocorreu na busca da almejada cadeira permanente para o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (Cervo & Lessa, 2010)

No âmbito da IIRSA, os investimentos em infraestrutura se dão na parceria público-privada. Mas a principal crítica é que não se investe eficazmente, dessa forma, áreas distantes geográfica e economicamente dos grandes centros continuam sendo desfavorecidas de investimento.

A articulação política em torno do projeto de liderança da região e governança regional apresentada pela política externa brasileira nos últimos anos traduz a formação de uma coalizão que aponta no sentido que é o Brasil que terá que arcar com os custos da integração sul-americana. Dessa forma, o Brasil deve comandar a sua própria política econômica e conduzir a sua participação na economia mundial. Além de construir um sistema de segurança e de defesa continental autônomo para garantir os interesses nacionais. Isso tudo, porém, sem seguir os velhos caminhos de dominação e sentimento de superioridade sob os demais países, fazendo com que cooperação seja mais importante que competição.

## CONCLUSÃO

Vimos que o conceito de imperialismo data desde o século XIX. Inicialmente denominava somente aos países desenvolvidos. Porém, logo entrou em uso o termo na periferia do sistema, denominando países que agiam soberanamente e em busca de interesses. Mais atualmente, vários países emergiram e tem hoje, maior desenvolvimento sócio-econômico. Mesmo assim, há uma certa resistência por parte dos vizinhos, em aceitar um país da região como um líder. Algumas vezes, prefere-se voltar ao ciclo histórico e continuar sendo “quintal dos EUA” seja porque o país do norte é desenvolvido e ofereceria mais progresso que o Brasil (poderíamos analisar outro, mas hoje o Brasil é o que mais capacidades tem de liderar a região) que mesmo tendo crescido muito, ainda é um país em desenvolvimento, que conta com muitos problemas internos. Outra hipótese dessa “preferência” seria um impasse histórico, talvez de cada um querer ser o líder regional e não querer ver essa figura no vizinho.

Hoje o Brasil ocupa a posição de maior economia do subcontinente, é um dos maiores produtores mundiais de alimentos, além de seguir controlando a maior parte dos recursos hídricos e da biodiversidade amazônica. Assim o país pode escolher manter-se sócio preferencial dos Estados Unidos ou China, na administração da sua hegemonia continental, ou lutar para aumentar sua capacidade de decisão estratégica autônoma, no campo da economia e da sua segurança, por meio de uma política de complementaridade e competitividade crescente com os Estados Unidos, que envolva também as demais potências do sistema mundial, levando ao fortalecimento de sua relação de liderança e solidariedade com toda a América do Sul.

O Brasil terá de decidir seu lugar no mundo, e seu grande desafio será uma expansão que divirja daquela adotada por impérios (destino manifesto), sem a violência bélica dos europeus e estado-unidenses e sem o objetivo de comandar os países mais fracos.

Caso houvesse no Brasil, a combinação de indústrias de alto valor agregado, juntamente com autossuficiência e diversidade energética e com a alta produtividade

alimentar e outras *commodities*, o Brasil seria concorrente aos Estados Unidos, por possuir a mesma estrutura econômica. Com todas essas características somadas, o país poderia ser chamado de imperialista por seus vizinhos. Como algumas dessas características ainda são muito distantes, o termo deve ser empregado com muito cuidado. O país, nos últimos anos, tem buscado dialogar com os vizinhos, não impondo, mas negociando e cooperando com seus semelhantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BUKHARIN, Nikolai. **A economia mundial e o imperialismo**. 3ª edição. Editora Nova Cultural.

BERNAL-MEZA, Raúl. **América Latina en el mundo: el pensamiento latino-americano y la teoría de relaciones internacionales**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2005.

CACCIAMALI, C, M. BOBIK, M. e Jr, Celli U. **Em busca de uma nova inserção da América Latina**. São Paulo: Revista Scielo, 2011.

CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001.

FLAMES, D. **O Brasil na iniciativa BRIC: *soft balancing* numa ordem global em mudança?** Pesquisador do GIGA – German Institute of Global and Area Studies, Alemanha 2010.

FIORI, J, L. **Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana**. CEPAL. Escritório no Brasil/IPEA, 2011.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios 1875-1914**. 13ª edição. Editora paz e terra. KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. 1ª edição. Editora Saraiva.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. 4ª edição. Global editora.

MARINI, Ruy Mauro. **La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo**. *Cuadernos Políticos*, número 12, editorial Era, México, D.F., abril-junio, 1977, pp.20-39.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Relações Internacionais: dois séculos de história, entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética**. Funag/IBRI, 2001

SOUZA, Nilson Araújo. SILVA, Luisa M. N. **Integração contemporânea da América Latina: teoria e prática**. Revista de Relações Internacionais UFGD, jan 2013.